

EX.º SR. PRESIDENTE
CAMARA MUNICIPAL DE MATOSINHOS
AV. AFONSO HENRIQUES
4450 - 510 MATOSINHOS

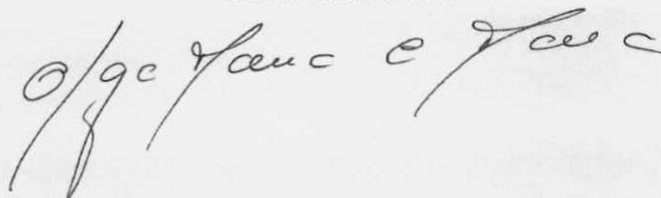
Sua Referência:
Nossa Referência: 2015/29726
Data: 2015/03/04

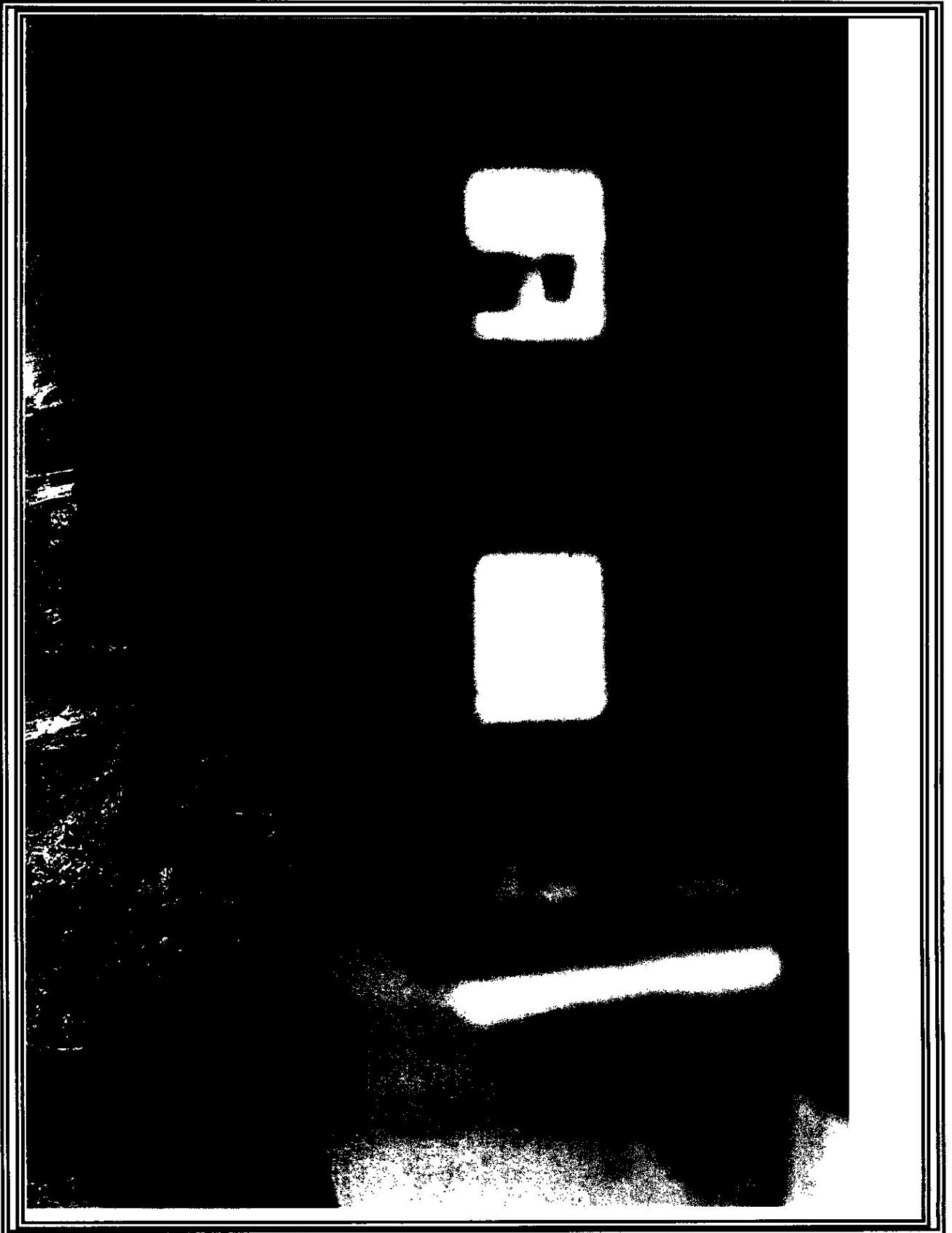
Assunto: Relatório de Gestão e Demonstração Económica e Financeira do ano 2014.

Para os devidos efeitos, junto se remete a V^a. Ex^a o Relatório de Gestão e Demonstração Económica e Financeira relativo ao ano de 2014.

Com os melhores cumprimentos,

A Administradora





ÍNDICE

INTRODUÇÃO

PARQUE HABITACIONAL

- I- DEPARTAMENTO DE GESTÃO SOCIAL E HABITACIONAL
- II- DEPARTAMENTO DE OBRAS E PROJETOS
- III- DEPARTAMENTO DE REABILITAÇÃO URBANA
- IV- GESTÃO DE QUALIDADE
- V- APRECIÇÃO RESULTADOS DO EXERCÍCIO E PROPOSTA DE SUA
APLICAÇÃO / ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2014 E
DIVERSAS PEÇAS CONTABILISTICAS

REFERENCIAIS E INDICADORES DE EFICIENCIA - 2014

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS/ RELATÓRIO E PARECER SOBRE AS CONTAS DO EXERCÍCIO

h e
M

INTRODUÇÃO

Dando cumprimento ao disposto na alínea b) do nº 1 do artigo 10º. dos Estatutos da MatosinhosHabit – MH, Entidade Empresarial Municipal de Habitação de Matosinhos, EEM submete-se à apreciação o relatório de gestão e demonstração económica e financeira referente à atividade desenvolvida no exercício de 2014, ano de constantes desafios que o Conselho de Administração tentou com o seu empenhamento e dedicação ultrapassar os obstáculos que foram surgindo.

Atenta ao agravamento das medidas de austeridade que afetam o país, a Empresa cimentou as suas parcerias institucionais e o acompanhamento dos agregados com a rede social local, contribuindo desta forma para atenuar as dificuldades sentidas pela população e evitar, por todos os meios ao nosso dispor, a execução de ações de despejo, desde que os agregados adotem uma postura de cumprimento das suas obrigações, mesmo que, para tal sejamos obrigados a realizar acordos de regularização de dívida que se podem prolongar por vários anos.

Ao nível da performance operacional, a MH apresenta em 2014 sinais positivos no seu desempenho, à semelhança dos resultados de 2012 e 2013. O esforço realizado ao nível do controlo de gastos e na racionalização de recursos da Empresa tem tido consequências muito positivas em relação à evolução de todos os indicadores económicos e financeiros apresentados nestes últimos anos.

Apesar de várias contrariedades, mais uma vez, a Empresa apresenta resultados positivos e que muito contribuem para a consolidação económica da MATOSINHOSHABIT.

Note-se que o resultado obtido ficou bastante próximo do previsto em termos orçamentais, tal como o valor do Capital Próprio da Empresa. É intenção do Conselho de Administração manter, desenvolver e consolidar as boas práticas dos recursos da Empresa. Só desta forma é que a MH poderá ambicionar obter resultados positivos e melhorar cada vez mais as componentes económicas e financeiras.

Realçamos que o Conselho de Administração sempre se preocupou em promover o reequilíbrio financeiro da MatosinhosHabit sem perder de vista a Missão da Empresa, concentrando a sua ação na prossecução do seu objetivo maior, a promoção da qualidade de vida dos moradores.

CARACTERIZAÇÃO DOS CONJUNTOS HABITACIONAIS

CONJUNTOS HABITACIONAIS	FREGUESIA	ANO CONSTRUÇÃO	Nº DE FOGOS	Nº DE ENTRADAS
BAIRRO DOS PESCADORES	MATOSINHOS	2005	50	12
BARRANHA	MATOSINHOS	1991 (*)	1	1
BATARIA	LEÇA DA PALMEIRA	2004	75	7
BIQUINHA - ANTIGO	MATOSINHOS	1979	218	24
BIQUINHA - N	MATOSINHOS	1973	126	31
BIQUINHA 1ª FASE	MATOSINHOS	1993	60	-
BIQUINHA 2ª FASE	MATOSINHOS	1992	42	2
BIQUINHA 3ª FASE	MATOSINHOS	1994	48	6
CAIXA TEXTIL	S. MAMEDE INFESTA	1958	86	-
CARCAVELOS I E II	MATOSINHOS	1984	240	11
CHOUSO	STA. CRUZ DO BISPO	1999	60	10
CIDRES	STA. CRUZ DO BISPO	2001	42	8
CRUZ DE PAU - 25 ABRIL	MATOSINHOS	1994	64	8
CRUZ DE PAU - ANTIGO	MATOSINHOS	1953/62	136	13
CRUZ DE PAU - AUSTRÁLIAS	MATOSINHOS	1998	48	8
CUSTIÓ	LEÇA DO BALIO	2000	154	14
CUSTÓIAS - EXIGAPHE	CUSTÓIAS	1978	57	7
CUSTÓIAS - FUND. SALAZAR	CUSTÓIAS	1972	49	7
ESTAÇÃO	S. MAMEDE INFESTA	1998	40	5
ESTÁDIO DO MAR	SRA. HORA	2004	56	10
FARRAPAS	PERAFITA	2001	188	28
GATÕES / PONTE DO CARRO	GUIFÕES	2001	329	52
GUARDA - ANTIGO	PERAFITA	1982	38	-
GUARDA I	PERAFITA	1994	134	17
GUARDA II	PERAFITA	1982	22	3
LAGOA	SRA. HORA	1998	52	5
LARANJEIRAS	S. MAMEDE INFESTA	2004	106	14
MOALDE	S. MAMEDE INFESTA	1984	16	-
MONTE ESPINHO	LEÇA DA PALMEIRA	2005	108	-
PADRÃO DA LÊGUA	SRA. HORA	2000	56	7
PONTE DO CARRO/ STA. CRUZ DO BISPO	STA. CRUZ DO BISPO	2007	2	-
PRAIA DE ANGEIRAS	LAVRA	1995	24	4
PRÉ-FABRICADOS	CUSTÓIAS	1980	17	-
RECAREI	LEÇA DO BALIO	2001	154	16
REF. ANGOLA	MATOSINHOS	1972	52	17
RIBEIRAS I	PERAFITA	2002	57	9
RIBEIRAS II	PERAFITA	2004	83	14
S. GENS I	CUSTÓIAS	1995	178	23
S. GENS II - 1ª FASE	CUSTÓIAS	2007	7	-
S. TIAGO DE CUSTÓIAS	CUSTÓIAS	2002	44	6
SEARA	MATOSINHOS	2004	132	22
SEIXO I	S. MAMEDE INFESTA	1992	230	23
SEIXO II	S. MAMEDE INFESTA	1999	94	17
SENDIM / ESQUINHEIRO	GUIFÕES	1997/98	376	44
TARRAFAL	MATOSINHOS	1951	11	9
TEIXEIRA LOPES	CUSTÓIAS	1998	48	6
TELHEIRO	S. MAMEDE INFESTA	2004	44	-
ESTÁDIO DO MAR II	SRA. DA HORA	2012	12	3
S. GENS II - 2ª FASE	CUSTÓIAS	2011	12	-
RUA GODINHO FARIA	S. MAMEDE INFESTA	-	7	-
ESTÁDIO DO MAR III	SRA. HORA	2010	11	2
REAL DE CIMA	SRA. HORA	2014	35	6
			Total de Fogos	Total de Entradas
			4331	531

h e
M

I- . DEPARTAMENTO DE GESTÃO SOCIAL E HABITACIONAL

O trabalho social desenvolvido pela MatosinhosHabit no decorrer no ano de 2014 teve como princípios orientadores:

- A melhoria da qualidade de vida da população residente nos diferentes conjuntos habitacionais do concelho, através do apoio direto às famílias, na promoção da equidade e justiça social no cálculo das rendas e na promoção de melhores condições de habitabilidade;
- Promoção de ações de realojamento, com base no Regulamento de Gestão do Parque Habitacional do Município de Matosinhos;
- Consolidação do programa Matosinhos Solidário.

Para o ano 2014, estabelecemos como objetivos:

- Implementar o Regulamento de Gestão do Parque Habitacional do Município de Matosinhos;
- Estar mais próximo das famílias;
- Gestão Física do Parque Habitacional;
- Promover Qualidade 100% nos conjuntos habitacionais;
- Obras Correntes de manutenção e conservação do Parque Habitacional Municipal;
- Implementação, Monitorização e Controlo do Programa Municipal de Apoio ao Arrendamento (PMAA);
- Consolidação do programa Matosinhos Solidário;
- Criação de uma nova resposta habitacional dirigida à população idosa e/ou com dificuldades de mobilidade.

h e
M

1.1- Implementar o Regulamento de Gestão do Parque Habitacional do Município de Matosinhos

Através da implementação do Regulamento de Gestão do Parque Habitacional do Município de Matosinhos (RGPHMM), foi possível avaliar e graduar 64 pedidos de transferência ou desdobramento habitacional, tendo sido concretizadas 32 transferências, 14 desdobramentos e 2 permutas habitacionais.

Paralelamente, foram graduados 281 pedidos de habitação e concretizados 55 realojamentos habitacionais. Destes 281 pedidos graduados, 10 devido a alterações da situação habitacional e/ou socioeconómica da família foram revistos. O trabalho desenvolvido neste âmbito contou com a participação da equipa técnica do Departamento de Gestão Social e Habitacional (DGSH) em articulação com o Gabinete de Obras e Projetos (GOP) e Gabinete de Reabilitação Urbana (GRU).

Note-se que 78 pedidos de habitação foram arquivados ao longo do ano, devido à não entrega de documentos ou pelo facto de não cumprirem os critérios definidos no RGPHMM.

Ao longo do ano de 2014, a MatosinhosHabit efetuou a divulgação dos princípios orientadores do RGPHMM nas 10 Comissões Sociais de Freguesia. Esta partilha de informação às demais instituições que intervêm no território, permitiu a tomada de conhecimento dos procedimentos inerentes à intervenção da MatosinhosHabit, nomeadamente relacionados com a atribuição de uma habitação social, com a gestão do parque habitacional e o programa Matosinhos Solidário.

1.2- Estar mais próximo das famílias

Os técnicos do DGSH realizaram, no decorrer do ano de 2014, 5667 atendimentos aos munícipes, predominando os atendimentos aos arrendatários dos fogos sociais e dos munícipes integrados no Programa Municipal de Apoio ao Arrendamento.

Por forma a aumentarmos o conhecimento das situações habitacionais dos arrendatários foram realizadas, juntamente com a equipa técnica das pequenas obras, 129 visitas a diversos conjuntos habitacionais, para avaliação das condições sócio

habitacionais. Com esta ação foi possível verificar algumas das dinâmicas familiares, assim como as condições económicas dos agregados familiares e as condições de manutenção dos espaços interiores e comuns.

Por forma a caracterizar a população idosa e avaliar as suas condições habitacionais, foram também identificados 469 idosos em situação de isolamento familiar.

Em consequência do constante processo de atualização dos agregados familiares, procedeu-se também à atualização de 507 pedidos de alteração de renda, com base no Decreto-Lei nº 166/93, de 7 de maio.

Paralelamente, os técnicos sociais do DGSH promoveram o acompanhamento sócio habitacional individualizado a 12 famílias, em articulação com as diferentes instituições da Rede Social.

A sinalização destas famílias foi realizada de acordo com os critérios de insuficiência económica, défice de competências pessoais e sociais, ausência de retaguarda familiar e de acompanhamento técnico ou institucional.

Em articulação com o departamento jurídico foram realizados 195 atendimentos de informação sobre a nova lei do arrendamento dirigidas aos munícipes residentes em habitação privada no concelho de Matosinhos. Esta ação derivou das ações realizadas no ano transato, sobre as alterações legislativas relacionadas com o mercado de arrendamento privado.

Enquanto interlocutores municipais do Mercado Social de Arrendamento, o DGSH avaliou 2 candidaturas a este programa. Posteriormente e após validação da documentação foram agendadas visitas aos imóveis.

No decorrer do ano transato, o DGSH realizou 6 sessões de promoção de competências ao nível dos cuidados de higiene, manutenção e gestão habitacional e cumprimento dos direitos e deveres, estabelecidos nos contratos de arrendamento. Nestas iniciativas participaram 44 famílias em processo de realojamento ou de transferência habitacional.

1.3- Gestão Física do Parque Habitacional

1.3.1 Promover Qualidade 100% nos Conjuntos Habitacionais

Em 2014, e no seguimento da intervenção realizada na gestão dos espaços comuns, demos continuidade ao trabalho desenvolvido, tanto ao nível da limpeza e manutenção dos mesmos, com um custo total de 374.021,07€.

1.3.2- Obras Correntes de manutenção e conservação do Parque Habitacional Municipal

Em articulação com o Departamento de Obras Correntes, os técnicos do DGSH procederam à elaboração de informações sociais com o objetivo de avaliar a situação socioeconómica dos agregados familiares tendo em vista a incorporação nos escalões definidos pelo Conselho de Administração da MatosinhosHabit.

Foram registadas na MatosinhosHabit **2104 participações de anomalia**, que após verificação resultaram:

- **1118 Intervenções** de reparação, conservação e adaptação;
- **661 Participações de avaria** que a intervenção do N/ Piquete solucionou na íntegra;
- **98 Participações de avaria** que após análise do Técnico de Conjunto Habitacional foram indicadas como da responsabilidade do arrendatária/o;
- **191 Participações de avaria** não foram analisadas por falta de cumprimento do pagamento das rendas;
- **38 Participações de avaria** transitaram para resolução e/ou análise para 2014.

O custo total das intervenções foi de 421 238,36€; O valor médio por intervenção foi de 376,82€.

h e
M

Os técnicos do DGSH, em colaboração com entidades externas, procederam a ações com vista à desocupação de fogos que se encontravam devolutos, entre outras problemáticas (desinfestações, mudanças de fechadura, etc.).

A mobilidade dos agregados familiares, por necessidade de adequação de tipologia e o aparecimento de fogos devolutos para novos realojamentos – falecimento do arrendatário e alternativa de alojamento – obrigaram à recuperação interna de habitações com maior ou menor grau de profundidade.

Assim sendo, foram recuperadas **52 habitações** pelo valor de **158 257,42€**; O valor médio de intervenção foi de **3 043,41€**.

1.4- Implementação, Monitorização e Controlo do Programa Municipal de Apoio ao Arrendamento (PMAA)

No âmbito do PMAA, ao longo do ano de 2014, foram apoiadas 744 famílias com uma comparticipação média de 110,01€.

Os técnicos do DGSH juntamente com as famílias abrangidas pelo programa definiram 153 planos de acompanhamento social. Estas famílias foram selecionadas de acordo com os seguintes critérios: agregados familiares em situação de insuficiência económica face às despesas, desemprego, indivíduos com competências facilitadoras de integração no mercado de trabalho, etc.

Paralelamente, foram levadas a cabo 17 ações de (in) formação, as quais tiveram por base dotar os munícipes de competências pessoais, sociais e técnicas que lhes permitissem criar condições para uma gestão equilibrada do seu orçamento familiar. Estas ações foram compostas por 56 sessões, tendo contado com a participação de 157 indivíduos.

Nestas ações abordaram-se temáticas relacionadas com a gestão do orçamento familiar, tais como poupança de água, luz, atividades domésticas e de higiene habitacional, reutilização de materiais (vestuário, decoração e cuidados pessoais), aquisição de alimentos, confeção de refeições económicas. Na confeção de refeições foi possível não só fornecer um conjunto de receitas económicas, bem como possibilitar a concretização das mesmas.

1.5- Consolidação do Programa Matosinhos Solidário

No decorrer do ano de 2014 foram respondidos 308 pedidos de munícipes idosos que solicitaram a intervenção da MatosinhosHabit. Estes pedidos de intervenção são na área da carpintaria, eletricidade, pichelaria, serralharia, alvenaria e outros, tendo atingido um custo total de 30.710,64€, num valor médio de intervenção de 81,06€.

Neste programa, os técnicos do DGSH colaboraram essencialmente no transporte de e para consultas médicas.

1.6- Comissões Sociais de Freguesia

A MH, como entidade parceira da rede social do concelho de Matosinhos, encontra-se integrada nas comissões sociais das diversas freguesias.

Ao longo do ano a MatosinhosHabit esteve presente em 89 reuniões e, em colaboração com as demais instituições, definiram e implementaram o plano de ação referente ao ano de 2014. Neste plano de ação, a MatosinhosHabit foi a entidade responsável pela realização de algumas ações, nomeadamente com as sessões de gestão doméstica. Enquanto entidade parceira, a MatosinhosHabit colaborou em diversas atividades de angariação de ajudas técnicas.

1.7- Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Matosinhos - CPCJ

No âmbito do Contrato Programa celebrado entre a Câmara Municipal de Matosinhos e a MH, demos seguimento à estreita colaboração com a CPCJ, nomeadamente através da cedência de apoio técnico, partilha e recolha de informação.

A técnica adstrita à CPCJ acompanhou durante o ano 2014 uma média de 250 processos, tendo sido arquivados 50.

1.8- Atendimento Integrado

No âmbito do protocolo do Atendimento Integrado, os técnicos do DGSH, acompanharam processos sociais de arrendatários residentes nos conjuntos habitacionais de S. Gens e Monte Espinho. Inicialmente foram acompanhados 9 processos sendo que 7 destes encontram-se com contrato de inserção ativo, os 3 restantes processos não implicam a definição de um contrato de inserção.

II- DEPARTAMENTO DE OBRAS E PROJETOS

REABILITAÇÃO DE CONJUNTOS HABITACIONAIS MUNICIPAIS – PROHABITA

A denúncia do acordo de colaboração estabelecido entre o IHRU e o Município de Matosinhos ao abrigo do programa PROHABITA, bem como as limitações financeiras impostas pelo Orçamento de Estado de 2012 e 2013, estagnaram o processo de Reabilitação de Conjuntos Habitacionais Municipais.

Libertação de garantias

Em 2014, relativamente às Empreitadas do PROHABITA, foram realizadas vistorias, ao abrigo do Decreto-lei 190/2012 de 22 de Agosto, com vista à libertação excecional de caucões prestadas como garantias de boa execução de contratos, das seguintes empreitadas de obras públicas:

- Reabilitação do Conjunto Habitacional da Lagoa, na Senhora da Hora;
- Reabilitação dos Conjuntos Habitacionais da Guarda I e II – Bloco E, em Perafita;
- Reabilitação do Conjunto Habitacional de Lavra – Edifícios e Arranjos Exteriores, em Lavra;
- Reabilitação do Conjunto Habitacional da Estação, em S. Mamede de Infesta.

PROJETOS E ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM OBRA

Em 2014 foram desenvolvidos e revistos projetos de reabilitação, parcial ou total, de Conjuntos Habitacionais Municipais, com o objetivo de serem desenvolvidos os seus procedimentos de concurso pelos Serviços da Câmara Municipal de Matosinhos.

Assim, foram executados os seguintes projetos de reabilitação parcial em edifícios de habitação municipal:

- Reabilitação interior de habitações devolutas em conjuntos habitacionais do concelho de Matosinhos (1ª fase) – 11 Fogos;
- Reabilitação interior de habitações devolutas em conjuntos habitacionais de Matosinhos (2ª fase) – 13 Fogos;

h ce
HP

- Reabilitação interior de 2 habitações devolutas no conjunto habitacional da Caixa Têxtil;
- Reabilitação interior de habitações devolutas em conjuntos habitacionais de Matosinhos (3ª fase) – 10 Fogos;
- Reabilitação interior de habitações devolutas em conjuntos habitacionais de Matosinhos (4ª fase) – 28 Fogos;
- Reabilitação da cobertura do Conjunto Habitacional de Teixeira Lopes – Custóias;
- Reabilitação da cobertura do Conjunto Habitacional de Custió – Leça do Balio;
- Reabilitação das coberturas e fachadas do Conjunto Habitacional da Biquinha 1ª. Fase, Matosinhos
- Reabilitação interior de habitações devolutas em conjuntos habitacionais de Matosinhos (3ª fase) – 10 Fogos;
- Reabilitação de coberturas de habitações unifamiliares no conjunto habitacional da Guarda FFH – Perafita;
- Reabilitação das coberturas e fachadas do Conjunto Habitacional da Biquinha 1ª. Fase, Matosinhos
- Reabilitação da envolvente e Fogos interiores do edifício nº 310, 294, 280, 264 do conjunto habitacional da Biquinha FFH (antigo) – Matosinhos;
- Reabilitação da envolvente e fogos interiores do edifício nº 192, 178, 150, 139 do conjunto habitacional da Biquinha FFH (antigo) – Matosinhos.

Foram, também, executados os seguintes projetos de reabilitação total em edifícios de habitação municipal:

- Reabilitação dos edifícios do Conjunto Habitacional da Fundação Salazar com as entradas n.º 28 e n.º 32, em Custóias;
- Reabilitação dos edifícios do Conjunto Habitacional da Fundação Salazar com as entradas 80 e 84, em Custóias;
- Reabilitação dos edifícios dos Conjuntos Habitacionais da Guarda I e da Guarda II – Bloco C, Perafita;

- Reabilitação dos edifícios dos Conjuntos Habitacionais da Guarda I e da Guarda II – Bloco D, Perafita;
- Reabilitação do Conjunto Habitacional de Sendim, Guifões;
- Reabilitação do Conjunto Habitacional do Esquinheiro, Guifões.

INTERVENÇÕES DE REABILITAÇÃO

Por ação direta da MatosinhosHabit ou ao abrigo de contratos de prestação de serviços estabelecidos com a Câmara Municipal de Matosinhos, foram desenvolvidos os seguintes procedimentos para intervenções de reabilitação:

- Reabilitação das coberturas dos edifícios nº 415 a 461, 253 a 297 e 281 a 327 no Conjunto Habitacional da Biquinha FFH (antigo);
- Reabilitação da envolvente e Fogos interiores do edifício nº 336 a 380 do Conjunto Habitacional da Biquinha FFH (antigo);
- Reabilitação interior de 19 Fogos de habitações devolutas em conjuntos habitacionais do concelho de Matosinhos;

FISCALIZAÇÃO DE EMPREITADAS

Sob a responsabilidade dos serviços do GOP, foram acompanhadas e fiscalizadas as seguintes empreitadas:

- Reabilitação das coberturas dos edifícios nº 415 a 461, 253 a 297 e 281 a 327 no Conjunto Habitacional da Biquinha FFH (antigo);
- Reabilitação da envolvente e Fogos interiores do edifício nº 336 a 380 do Conjunto Habitacional da Biquinha FFH (antigo);
- Reabilitação interior de 19 Fogos de habitações devolutas em conjuntos habitacionais de Matosinhos;

h e
M

APOIO A ACTIVIDADES DO GRU – DEPARTAMENTO DE REABILITAÇÃO URBANA

- **ARU's**

Foram completados os trabalhos de levantamento e de tratamento de dados para a delimitação das duas áreas de reabilitação urbana de Matosinhos e de Leça da Palmeira, denominadas “Área de Reabilitação Urbana de Matosinhos Litoral” e “Área de Reabilitação Urbana de Leça da Palmeira Sul”.

Foram organizados e harmonizados os dossiers com as propostas de delimitação das “Áreas de Reabilitação Urbana” a serem submetidos à aprovação da Câmara Municipal de Matosinhos

- **Vistorias**

Foram realizadas visitas técnicas a habitações e vistorias de salubridade.

III – GRU – DEPARTAMENTO DE REABILITAÇÃO URBANA

1- Áreas de Reabilitação Urbana - ARUs

Em 2014, e tendo por *guideline* o Plano de Atividades desse ano que, numa linha de continuidade do que tem sido a atuação estratégica do município, reconhece um papel fundamental à Reabilitação Urbana no concelho de Matosinhos, enquanto motor da economia e forte potencial da inclusão social e do desenvolvimento sustentável, envidaram-se todos os esforços no sentido de se concluírem os trabalhos para a **criação de duas Áreas de Reabilitação Urbana (ARUs)**, uma em **Matosinhos** e outra em **Leça da Palmeira**.

Estas zonas já tinham sido anteriormente identificadas por deterem identidade, características e problemáticas, merecedoras de particular atenção e intervenção coordenada e integrada por parte do município, para se promover a recuperação do edificado e do espaço público, potenciando a sua atratividade e melhorando significativamente a qualidade de vida da população residente e dos seus “usuários”.

Esses trabalhos, que incluíram várias tarefas e procedimentos, consistiram essencialmente:

- Continuação da articulação iniciada em 2013, com departamentos/serviços da CMM, IHRU, SRUs com ARUs já criadas, entidades privadas e outros organismos com experiência e provas dadas em matéria de delimitação de ARUs e operacionalização dos correspondentes PERUs (Programas Estratégicos de Reabilitação Urbana), Fundos de Investimento Imobiliário, no sentido de se recolher o máximo de informação possível, de forma que as propostas finais de Delimitação espelhassem os constrangimentos/oportunidades dessas áreas, com potencial de mudança;
- Organização de informação para o Executivo Municipal relativa aos procedimentos administrativos a cumprir, necessários à Delimitação das ARUs;
- Fundamentação da necessidade de assessoria técnica para a elaboração dos PERUs das ARUs de Matosinhos e de Leça da Palmeira a delimitar, trabalho sequencial à sua aprovação, na medida em que as delimitações só fazem

sentido se forem complementadas por Programas de Ação que contribuam para dinamizar as zonas em causa, mobilizando, em primeira mão, a iniciativa privada;

- Análise das propostas apresentadas por entidades convidadas a participar no processo de elaboração dos PERUs das ARUs acima referenciadas;
- Avaliação da possibilidade de se candidatar os estudos de conceção das ORUs ao QREN (Eixo Prioritário IV, ON2 – Gestão Local e Urbana, em regime de overbooking);
- Proposta quanto aos limites geográficos a definir, para as ARUs de Matosinhos e Leça da Palmeira;

Ainda neste campo de atuação, foram realizados outros trabalhos, em parceria com o GOP, a saber:

- Finalização do levantamento de terreno da ARU de Leça da Palmeira, em função da área que foi acrescida à proposta inicial;
- Trabalho de campo de recolha e registo de informação ainda em falta para Matosinhos, respeitante à caracterização necessária para a elaboração da Memória Descritiva da ARU a criar;
- Registo fotográfico respeitante às referidas zonas;
- Registo na Base de Dados de toda a informação considerada relevante;
- Elaboração da Memória Descritiva da ARU Matosinhos.

2- Programas de Apoio à Reabilitação Urbana

Na falta de novos Programas nacionais para colmatar a lacuna do RECRUA e do SOLARH (programas outrora amplamente rentabilizados pelo município de Matosinhos e que ainda hoje evidenciam os seus resultados, quer em termos de reabilitação do edificado, quer no que respeita à melhoria de qualidade de vida dos seus habitantes, aguardando-se a publicação, durante o 1º semestre de 2015, de um

6 e
H

novo Programa Nacional, amplamente divulgado nos órgãos de comunicação social, que de alguma forma venha substituir os acima referidos), foi **prestada Informação a uma série de municípios que procuravam Incentivos/Programas de Apoio à Reabilitação do Edificado**, que tinham por finalidade encontrar recursos para reabilitar património de propriedade privada, para uso próprio ou para o mercado de arrendamento.

A este nível, e junto desses interessados, fez-se ampla divulgação do Decreto-Lei 53/2014, de 8 de abril - estabelece um regime excecional e temporário aplicável à reabilitação de edifícios ou frações cuja construção tenha sido concluída há pelo menos 30 anos ou localizados em ARUs - que, de forma ainda que indireta, se apresenta como um incentivo/apoio aos particulares, nesta matéria.

3- VISTORIAS DE SALUBRIDADE, SEGURANÇA E ARRANJO ESTÉTICO E PRÉ VISTORIAS – MEDIAÇÃO TÉCNICA

Em 2014, e à semelhança de anos anteriores, foram realizados inúmeros atendimentos a municípios/inquilinos que solicitaram apoio do Gabinete de Reabilitação Urbana para a resolução de anomalias nas suas habitações.

Estes atendimentos, formalizados em documento próprio (Formulário de Pré Vistoria) e registados no SIGA, deram lugar à realização de **Pré-Vistorias** que se traduzem na realização de **Visitas Técnicas** e à elaboração dos respetivos **Relatórios Técnicos**, para aferir da necessidade/obrigatoriedade de realização de obras por parte dos senhorios, com vista a repor as condições mínimas de segurança e salubridade nos fogos arrendados.

A este trabalho, seguiu-se uma outra etapa fundamental, a do **“Trabalho Técnico de Mediação”**, em que foi iniciada/mantida uma série de contactos/reuniões com senhorios/advogados e inquilinos, bem como realizado um conjunto de diligências várias com outros serviços e/ou profissionais (algumas das situações foram encaminhadas para o apoio jurídico da MH), tendo por finalidade dar resposta às questões colocadas e/ou à realização das obras necessárias para repor as condições

mínimas de habitabilidade nas habitações, até à conclusão/finalização destes processos, que se concretiza através de uma Visita Técnica de confirmação de realização de obras e formalização do arquivamento dos processos.

No ano de 2014, foram arquivados 31 processos que cumpriram os objetivos para os quais tinham sido iniciados.

Uma minoria de casos, que não são resolvidos em sede de Pré-Vistoria e Mediação, prossegue para **Vistoria de Salubridade, Segurança e Arranjo Estético** (formalizada em documento próprio – Requerimento), ao abrigo da legislação em vigor e no âmbito da Delegação de Competências da Câmara Municipal de Matosinhos, na MatosinhosHabit.

No ano de 2014 realizaram-se 15 Vistorias de Salubridade, Segurança e Arranjo Estético, a requerimento dos munícipes e 3 Vistorias Oficiosas, a requerimento da MatosinhosHabit.

Neste capítulo das condições de segurança e salubridade habitacionais, salienta-se a estreita articulação com o Gabinete Municipal de Proteção Civil.

Ainda a registar durante o ano de 2014 a alteração do Formulário de Pré Vistoria e do Requerimento de Vistoria de Salubridade, Segurança e Arranjo Estético, de forma a corresponder às situações colocadas e à legislação entretanto alterada (Lei 31/2014 - "Lei da Política de Solos, do Ordenamento do Território e do Urbanismo), de acordo com os parâmetros da Gestão da Qualidade da MatosinhosHabit.

De salientar a receção, análise e despacho dos cerca de 100 pedidos de Vistoria que transitaram da Câmara Municipal de Matosinhos para a MatosinhosHabit.

4- EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

No seguimento das orientações nacionais e europeias em matéria de Eficiência Energética, a MatosinhosHabit tem tido uma preocupação crescente com esta área de intervenção.

Para além das ações de manutenção dos painéis solares de Aquecimento de Águas Sanitárias, existentes em sete dos Conjuntos Habitacionais Municipais, prosseguimos com a monitorização e manutenção dos painéis fotovoltaicos que compõem as quatro unidades de Micro Geração do Conjunto Habitacional de Angeiras, cuja produção de energia é vendida na totalidade à EDP.

No ano transato realizamos ações pontuais de sensibilização para as questões da eficiência energética, junto dos nossos arrendatários, orientando-os sobre a melhor forma de usar e economizar energia.

É constante a preocupação de, nas obras de reabilitação dos conjuntos habitacionais municipais, introduzir materiais e técnicas que contribuam para um melhor conforto energético das habitações e consequentemente para a diminuição dos custos.

Por fim, estivemos atentos a todas as **oportunidades de financiamento** que foram sendo divulgadas em Seminários/Comunicações/Infodays, quer sobre Reabilitação Urbana/ARUs, quer da Energia/Eficiência, muitas vezes associada à Reabilitação e à sustentabilidade ambiental.

IV – GESTÃO DE QUALIDADE

Certificação da empresa na Norma NP EN ISO 9001:2008.

A empresa deu continuidade ao segundo ciclo trianual de certificação dos seus serviços. Todos os instrumentos de medição demonstram já a maturidade do processo. Ao longo do ano a estratégia seguida para controlo da ação da empresa demonstrou a continuidade da melhoria evidenciada no reduzido número de situações não conformes e reclamações.

O Departamento da Qualidade procedeu ao acompanhamento em auditoria contínua da implementação do projeto da ferramenta informática de registo do Programa Municipal de Apoio ao Arrendamento e do Plano de acompanhamento da implementação do novo sistema telefónico da empresa, de forma a resolver todas as dificuldades inerentes à fase de implementação dos mesmos, promovendo ainda uma série de novas funcionalidades que permitiram uma gestão mais eficaz destes processos.

Os vários processos da empresa, foram acompanhados através de pequenas auditorias aos vários gabinetes realizadas ao longo do ano.

Em 2014 promovemos a remodelação do site institucional da empresa, onde procedemos à implementação de novas ferramentas de interatividade, em que destacamos as visitas virtuais às habitações municipais e Loja da Habitação.

Também a satisfação do munícipe foi uma das principais ações do departamento.

Do respetivo relatório destacamos:

- O grau de satisfação à questão “Considera que as instalações da MH estão bem localizadas?” é de 97,8%, o que representa um decréscimo de 2% relativamente ao valor do ano anterior.
- O grau de satisfação à questão “A Loja da Habitação melhorou o serviço prestado pela MH?” é de 97%, uma diferença apenas de 0,7% relativamente ao ano anterior, o que podemos considerar como um valor residual.
- O grau de satisfação de satisfação global com a MatosinhosHabit é de 89,6%

A auditoria de acompanhamento da empresa certificadora SGS classificou a MatosinhosHabit como uma empresa robusta e adaptada às novas realidades do mercado, elencando os seguintes pontos fortes da empresa:

h e
th

Evolução/ pontos fortes do sistema de gestão:

- Envolvimento dos colaboradores no SGQ, com destaque para a Administração
- Conjunto de aplicações informáticas de apoio aos processos (Gestão de Obras, SIGA)
- Organização dos processos na Manutenção Habitacional e Social e Habitacional
- Aposta na qualificação dos colaboradores
- Nível de satisfação dos clientes
- Infraestruturas disponíveis.

V – APRECIACÃO DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO E PROPOSTA DE SUA APLICAÇÃO

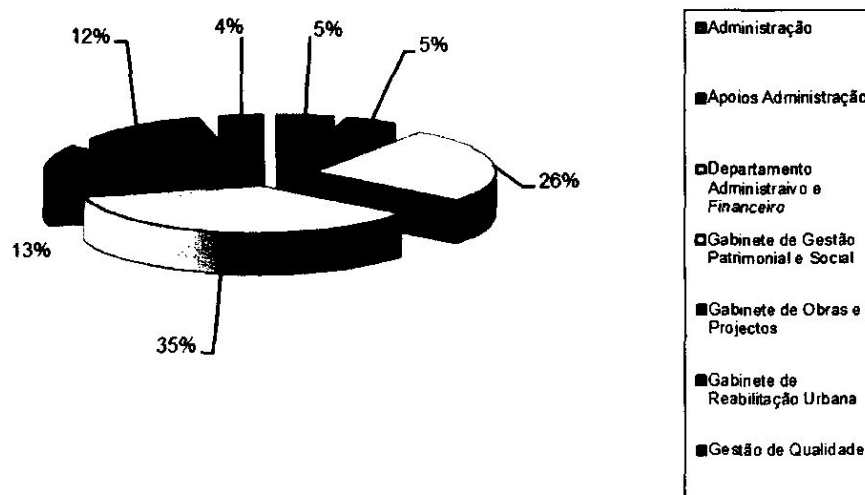
A conta de " Ativos Fixos Tangíveis ", conforme nota 7 do anexo ao Balanço, apresenta um ligeiro acréscimo, na ordem dos 12 mil euros, que respeitam a intervenções na melhoria do edifício sede e com a aquisição de diversos equipamentos administrativos.

O acréscimo verificado na conta de Clientes traduz as dificuldades dos nossos arrendatários na regularização atempada das rendas, pese o facto de a MatosinhosHabit continuar com o programa de recuperação de débitos em atraso através da celebração de acordos de pagamento.

A conta de Fornecedores apresenta um decréscimo revelando um esforço de modo a cumprir os prazos de pagamento fixados com os nossos prestadores de serviços.

O valor dos Gastos com Pessoal (Remunerações e Encargos Obrigatórios) ascende ao valor de € 1.287.694.40, que reflete os pagamentos das remunerações de acordo com as normas legais em vigor. Apresenta-se a sua repartição por sectores de atividade.

Estrutura dos Encargos com Pessoal



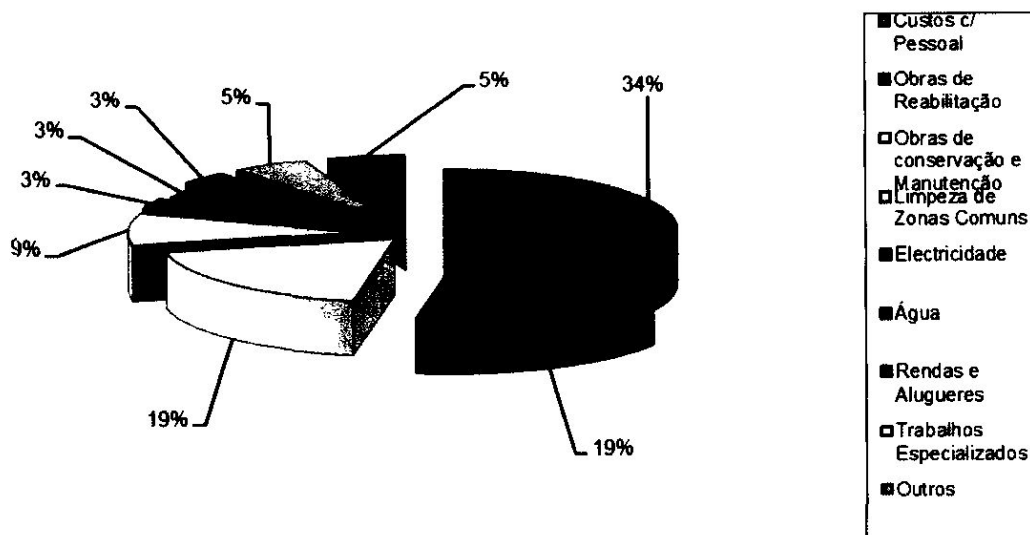
6 e
TH

A rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos ascende a dois milhões e quatrocentos mil euros, dos quais 1 milhão e 700 mil de euros respeitam a intervenções efetuadas nos Conjuntos Habitacionais.

Destas intervenções, salienta-se o valor de 704 mil euros resultantes de reabilitações e reparações efectuadas em fogos devolutos e coberturas /telhados dos conjuntos habitacionais e em obras de requalificação dos mesmos, 700 mil euros em obras e prestações de serviço de manutenção e conservação corrente nos fogos e espaços comuns, e os restantes na preservação dos equipamentos instalados (elevadores, painéis solares), contratos de manutenção para os espaços comuns de modo a garantir qualidade e higiene habitacional.

Apresenta-se de seguida a estrutura de custos inerentes à atividade da empresa.

Estrutura de Custos



Nos Proveitos do exercício na conta " Prestações de Serviços – Rendas MH" verifica-se um decréscimo das rendas faturadas na ordem dos 1,1%. Esta redução respeita a

h e
M

A rubrica de Prestações de Serviços inclui ainda o montante de 704 mil euros respeitantes aos contratos de Prestação de Serviços celebrados entre o Município de Matosinhos e a MatosinhosHabit relativos a adjudicações em obras de reabilitação nos conjuntos habitacionais, e que tem a sua contrapartida na conta de custos "Fornecimentos e Serviços Externos – Subcontratos CMM".

A conta de " Subsídios á Exploração " respeita ao valor do Contrato-Programa celebrado entre a Câmara Municipal e a MatosinhosHabit, de acordo com o preceituado na Lei nº 50/ 2012, de 31 de Agosto.

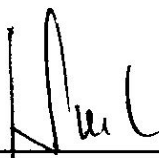
De acordo com as peças contabilísticas apresentadas a MatosinhosHabit não está sujeita aos critérios vertidos no artigo 62 nº 1 da Lei nº 50/2012, de 31 de Agosto, ficando assim salvaguardada a sua continuidade.

O exercício de 2014 apresenta um resultado positivo contabilístico de 31.391.46 € propondo-se que seja levado a Resultados Transitados.

Aprovado pelo Conselho de Administração da MatosinhosHabit – MH, Entidade de 05 de Março de 2015.

O Conselho de Administração

O Presidente,



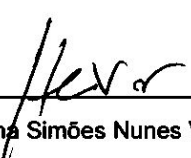
(Guilherme Manuel Lopes Pinto, Dr.)

A Administradora,



(Olga Maria Costa Maia, Eng^a.)

A Administradora,



(Helena Adelina Simões Nunes Vaz, Eng^a.)

REUNIÃO EM 5 DE Março DE 2015

DELIBERAÇÃO: O Conselho de Administração
analisou o documento em apreço e
após os esclarecimentos prestados pela
direção administrativa e financeira e
pelo Revisor de Contas, deliberou por
unanimidade aprovar o mesmo e
remeter à Câmara Municipal para
deliberação, de acordo com a
legislação e os Estatutos da
Empresa.

Bruna Braga



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2014

MatosinhosHabit

Notas às Demonstrações Financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2014, referentes ao Anexo n.º 6 do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho.

1 — IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

Designação da entidade: Matosinhoshabit Entidade Empresarial Municipal
Sede: Rua Alfredo Cunha 99-1º Código Postal 4450-023 Matosinhos

2 — REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade de operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística, regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho (Sistema de Normalização Contabilística);
- Portaria n.º 986/2009, de 7 de setembro (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- Aviso n.º 15652/2009, de 7 de setembro (Estrutura Conceptual);
- Aviso n.º 15655/2009, de 7 de setembro (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro);
- Portaria n.º 1011/2009, de 9 de setembro (Código de Contas).

3 — PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal (NCRF).

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

Os ativos intangíveis que se encontram reconhecidos compreendem essencialmente programas de computador.

Estes ativos, de vida útil finita, são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso, pelo método da linha reta, durante um período de 3 anos.

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas (modelo do custo).

As depreciações são calculadas pelo método da linha reta, numa base duocedimal, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos
Edifícios e outras construções	10-20
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	3-8
Outros ativos fixos tangíveis	5-8

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentem a vida útil destes ativos são registados como gastos do período em que ocorrem. Os gastos com inspeções importantes são incluídos na quantia escriturada do ativo sempre que se perspetive que este origine benefícios económicos futuros adicionais.

As mais ou menos-valias resultantes da alienação ou retirada dos ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/ retirada, sendo registadas na demonstração dos resultados como "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

Locações

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma dos contratos. Os contratos de locação em que a Empresa age como locatário, são classificados como locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, e como locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

Nas locações financeiras, o custo do ativo é registado no balanço como ativo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo, na rubrica "Financiamentos obtidos", e os juros incluídos no valor dos pagamentos mínimos e a depreciação do ativo são registados como gasto na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados, numa base linear, durante o período do contrato de locação.

Instrumentos financeiros

i) Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são registadas ao custo ou custo amortizado (usando o método do juro efetivo) e apresentadas no balanço, deduzidas de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são ajustadas em função da evolução das contas correntes, designadamente no que respeita ao detalhe das operações que a integram, sendo que os reforços são reconhecidos como gastos do período, as reversões, decorrentes da cessação total ou parcial do risco, nos rendimentos e as utilizações, para cobertura da perda efetiva do crédito, deduzidas diretamente nas contas correntes.

ii) Dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registadas ao custo ou custo amortizado (usando o método do juro efetivo). O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

iii) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem e outros instrumentos financeiros que sejam mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos no ativo corrente; caso contrário, e ainda quando existirem limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.

iv) Provisões

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data. As provisões para fazer face a custos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

v) Regime de acréscimo

A Empresa regista as suas receitas e despesas de acordo com o regime de acréscimo pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimo e diferimentos.

vi) Subsídios

Os subsídios são reconhecidos de acordo com o justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a Empresa cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios relacionados com rendimentos são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica "Subsídios à exploração" da demonstração dos resultados do período em que os programas/contratos são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num período posterior, onde serão rendimentos desse período.

vii) Imposto sobre o rendimento do período

Nos termos do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("CIRC"), a matéria coletável decorrente dos lucros fiscais apurados, deduzidos de eventuais reportes de prejuízos, encontra-se sujeita a tributação, a uma taxa de 17% para os primeiros 15 000,00 € de matéria colectável e uma taxa de 23% para a restante matéria colectável a uma taxa de 23%,

acrescida de 1,50% a título de Derrama. Adicionalmente, nas situações previstas no artigo 88.º do CIRC, há ainda lugar a uma tributação autónoma, a taxas que variam entre 10% e 27.50%, que incidem, exclusivamente, sobre os encargos aí previstos.

Os impostos que não se encontrem pagos, quer relativos ao período corrente quer a anteriores, são reconhecidos no passivo pelo valor que se estima vir a pagar, com base nas taxas e nas normas fiscais aplicáveis à data do balanço. No entanto, se os montantes já pagos relativos a esses períodos excederem os valores devidos, são reconhecidos no ativo na medida do excesso.

viii) Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, abonos para falhas e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social, para a ADSE e para a Caixa Geral de Aposentações de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias, quando aplicável, relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

ix) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço ("acontecimentos que dão lugar a ajustamentos") são refletidos nas demonstrações financeiras da Empresa. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço ("acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos"), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.2. Outras políticas contabilísticas relevantes

i) Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Empresa classifica na rubrica "Caixa e seus equivalentes" os montantes de caixa, depósitos à ordem e outros instrumentos financeiros com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e da venda de ativos.

3.3. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

4 — FLUXOS DE CAIXA

4.1 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

A 31 de dezembro de 2014 e 2013, o saldo de caixa e de depósitos bancários decompunha-se da seguinte forma:

Meios financeiros líquidos constantes do balanço		31-12-2014		
				Totais
Caixa	Numerário			2.437,63
	...			
Depósitos bancários	Depósitos à ordem			123.555,06
	Outros depósitos bancários			
	...			
	Subtotais			
	...			
Totais				125.992,69

Meios financeiros líquidos constantes do balanço		31-12-2013		
				Totais
Caixa	Numerário			2.774,69
	...			
Depósitos bancários	Depósitos à ordem			190.547,20
	Outros depósitos bancários			
	...			
	Subtotais			
	...			
Totais				193.321,89

5 — PARTES RELACIONADAS

A empresa é detida a 100% pelo Município de Matosinhos, tendo celebrado neste exercício contratos-programa para financiamento da atividade no montante de 345.000 euros (Transferências correntes).

6 — ATIVOS INTANGÍVEIS

6.1 Divulgações sobre ativos intangíveis

- a) As amortizações do período são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxa de amortização médias:

	Anos
Programas de computador	<u>3</u>

- b) Os movimentos na rubrica ativos intangíveis durante o ano 2014 e em 2013 são os que se segue:

ATIVO BRUTO	Saldo inicial 01/01/2013	Aumentos	Alienações	Transferências/ Abates	Saldo Final 31/12/2014
44 – ATIVOS INTANGÍVEIS					
Programas de computador	0,00	9.163,50			9.163,50
Outros ativos intangíveis	17.657,45			-17.657,45	0,00
Total	17.657,45	0,00	0,00	-17.657,45	9.163,50

AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	Saldo inicial 01/01/2013	Reforço	Anulação/ Reversão	Saldo Final 31/12/2014
44 - ATIVOS INTANGÍVEIS				
Programas de computador	0,00	2.456,34		2.456,34
Outros ativos intangíveis	17.657,45		-17.657,45	0,00
Total	17.657,45	0,00	-17.657,45	2.456,34

ATIVO BRUTO	Saldo inicial 01/01/2012	Aumentos	Alienações	Transferências/ Abates	Saldo Final 31/12/2013
44 – ATIVOS INTANGÍVEIS					
Outros ativos intangíveis	17.657,45				17.657,45
Total	17.657,45	0,00	0,00	0,00	17.657,45

AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	Saldo inicial 01/01/2012	Reforço	Anulação/ Reversão	Saldo Final 31/12/2013
44 - ATIVOS INTANGÍVEIS				
Outros ativos intangíveis	17.657,45			17.657,45
Total	17.657,45	0,00	0,00	17.657,45

7 — ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

7.1 Divulgações sobre ativos fixos tangíveis

a) Bases de mensuração usadas

Os ativos tangíveis estão valorizados de acordo com o modelo custo, segundo o qual um item do ativo fixo tangível é escriturado pelo seu custo menos qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

b) Método de depreciação usado

A Empresa deprecia os seus bens do ativo fixo tangível de acordo com o método da linha reta. De acordo com este método, a depreciação é constante durante a vida útil do ativo se o seu valor residual não se alterar.

c) Os movimentos na rubrica ativos fixos tangíveis durante o ano 2014 e em 2013, são os que se segue:

ATIVO BRUTO	Saldo inicial 01/01/2014	Revalorização	Aumentos	Alienações	Transferências/ Abates	Saldo Final 31/12/2014
43 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e Outras Construções	644.341,03		7.552,20			651.893,23
Equipamento Básico	159,00					159,00
Equipamento de Transporte	99.108,70					99.108,70
Equipamento Administrativo	347.825,37		3.728,05			351.553,42
Ativos biológicos						0,00
Outras Ativos fixos tangíveis	42.089,86		661,90			42.751,76
Total	1.133.523,96	0,00	11.942,15	0,00	0,00	1.145.466,11

DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	Saldo inicial 01/01/2014	Reforço	Anulação/ Reversão	Saldo Final 31/12/2014
438 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e Outras Construções	178.368,33	35.767,43		214.135,76
Equipamento Básico	159,00			159,00
Equipamento de Transporte	92.077,45	1.875,00		93.952,45
Equipamento Administrativo	332.998,15	13.228,74		346.226,89
Equipamentos biológicos				
Outras Ativos fixos tangíveis	39.801,28	2.230,77		42.032,05
Total	643.404,21	53.101,94	0,00	696.506,15

ATIVO BRUTO	Saldo inicial 01/01/2013	Revalorização	Aumentos	Alienações	Transferências/ Abates	Saldo Final 31/12/2013
43 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e Outras Construções	396.511,90		247.829,13			644.341,03
Equipamento Básico	159					159,00
Equipamento de Transporte	91.608,70		7.500,00			99.108,70
Equipamento Administrativo	343.490,53		4.334,84			347.825,37
Ativos biológicos						
Outras Ativos fixos tangíveis	41.486,54		603,32			42.089,86
Total	873.256,67	0,00	260.267,29	0,00	0,00	1.133.523,96

DEPRECIACÕES ACUMULADAS	Saldo inicial 01/01/2013	Reforço	Anulação/ Reversão	Saldo Final 31/12/2013
438 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e Outras Construções	150.621,71	27.746,62		178.368,33
Equipamento Básico	159,00			159,00
Equipamento de Transporte	81.208,70	10.868,75		92.077,45
Equipamento Administrativo	320.913,22	12.084,93		332.998,15
Equipamentos biológicos				
Outras Ativos fixos tangíveis	37.056,99	2.744,29		39.801,28
Total	589.959,62	53.444,59	0,00	643.404,21

8 — LOCAÇÕES

8.1 Locações financeiras - Locatários:

- a) Reconciliação entre o total dos futuros pagamentos mínimos da locação  data de balanço e o seu valor presente:

	Valor Presente
	31-Dez-14
Não mais de 1 ano	109.540,97
Mais de 1 ano e não mais de 5 anos	150.491,60
Mais do que 5 anos	0,00
	260.032,57

- b) Descrição dos acordos de locação financeira em vigor em 31 de dezembro de 2014:

Não contrato	Locadora	Data início	Data fim	Bem locado	Valor do contrato
2010004040	BPI	29/03/2010	29/03/2015	Viatura Volvo S 40 Diesel	41.600
196501	Santander	01/05/2011	01/05/2016	Telhado Amovvel	233.700
202132	Santander	15/06/2013	15/06/2018	Telhado amovível	246.000

9 — ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Nada de relevante a assinalar

10 — INSTRUMENTOS FINANCEIROS

10.1 Perda por imparidade em ativos financeiros

Para os ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor através de resultados e relativamente aos quais se verificaram indícios de imparidade, a Empresa avaliou as imparidades respetivas.

Durante o exercício findo em 31-12-2014, ocorreram os seguintes movimentos em perdas por imparidade:

Imparidades reconhecidas	Saldo inicial	Reforço	Reversão	Saldo final
Imparidade de clientes	386.843.72	42.712.45	0	429.556.17
Imparidade de dívidas a receber	39.749.09	43.889.00	0	83.648.09
	426.592.81	86.611,45	0	513.194.26

As imparidades decorrem da significativa dificuldade financeira, incumprimento no pagamento ou probabilidade do devedor entrar em insolvência.

O valor das dívidas de clientes e Outras contas a receber decompõe-se como segue:

	Valor bruto	Perdas por imparidade	Valor líquido
Clientes	1.130.907,44	429.556.17	701.351,27
Outras contas a receber	178.210,07	83.648.09	94.561,98

10.2 Montante de capital social

Em 31 de Dezembro de 2014 o capital social da MatosinhosHabit era 100% detido pela Câmara Municipal de Matosinhos

11— OUTRAS INFORMAÇÕES

11.1 Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 esta rubrica tinha a seguinte decomposição:

	(EUR)	
Estado e Outros Entes Públicos	31/12/2014	31/12/2013
Ativo		
Pagamento Especial por Conta	11.097,65	14.002.35
Retenção na fonte IRC	-	623,64
	11.097,65	14.625.99
Passivo		
Estimativa de imposto+ tributação autónoma + derrama	10.809,72	9.076.33
Retenção na fonte IRC	(623,64)	-
Pagamento especial por conta + Pagamento por conta	(9.394,06)	-
Retenção irs+predias+sobretaxa	17.361.88	16.851.88
IVA	25.426,99	14.358,38
Contribuições para a Segurança Social	25.734.38	25.740,12
	69.315,27	66.026.71

Na Empresa, a 31 de dezembro de 2014 não existiam dívidas em mora ao Estado e Outros Entes Públicos.

11.2 Garantias

Em 31 de Dezembro de 2014 a empresa tinha assumido responsabilidades por garantias prestadas, de acordo com a informação que se segue:

Banco	Beneficiário	Descrição	Valor
CGD	DGCI	IRC 2003	181.059,48
CGD	DGCI	IRC 2004	159.942,44
CGD	DGCI	IRC 2005	233.146,30

É convicção do Conselho de Administração que relativamente ao presente processo não resultarão encargos adicionais para a empresa.

11.3 Serviços prestados

As Prestações de serviços incluem o valor de 2.895.178.11 euros que diz respeito à totalidade de faturação emitida aos nossos arrendatários por rendas emitidas.

Esta rubrica inclui também o valor de 704.366.63 euros, que diz respeito a contratos celebrados entre a MatosinhosHabit e a Câmara Municipal de Matosinhos.

11.4 Subsídios à exploração

No âmbito de vários Contratos Programa efetuados com a Câmara Municipal de Matosinhos contabilizamos 345.000,00 como proveito em 2014 bem como 20.861.56 do IEPF

11.5 Fornecimentos e serviços externos

Quadro comparativo dos gastos com FSE

	(EUR)	
	31-12-2014	31-12-2013
Subcontratos	1.735.845,50	1.284.441,67
Trabalhos especializados	203.480,79	201.533,60
Publicidade	4.775,50	4.920,00
Vigilância e segurança	23.500,74	18.957,21
Honorários	0	0
Comissões	0	0
Conservação e reparação	23.769,09	20.653,07
Materiais	8.178,51	6.518,78
Energia e fluidos	218.673,48	170.863,26
Deslocações e estadas	3.338,56	1.394,36
Rendas e alugueres	128.546,30	126.201,68
Comunicação	39.967,97	36.083,00
Seguros	2.725,06	590,54
Contencioso	3.528,44	5.648,54
Limpeza, higiene e conforto	11.764,09	9.957,67
Outros Serviços	72.007,26	47.750,23
Totais	2.480.101,29	2.006.597,04

11.6 Gastos com pessoal

Os Gastos com o Pessoal em 2014 e 2013 podem ser decompostos como segue:

(EUR)

	31-12-2014	31-12-2013
Remunerações órgãos sociais	44.347,10	48.915.92
Remunerações do pessoal	973.155.21	1.005.398.36
Encargos sobre remunerações	230.773.15	228.095.46
Seguros de acidente no trabalho	12.451,46	6.757.77
Gastos de ação Social	16.142.43	3.159.19
Outros gastos com pessoal	10.825.05	8.590.25
Totais	1.287.694,40	1.300.916.95

11.7 Outros Rendimentos e ganhos

As principais rubricas destes Rendimentos 17.084,89 euros são referentes à Venda de Energia (12.418.90 euros) e Indemnizações (2.122,00 euros).

11.8 Outros gastos e perdas

Estas Perdas no valor total de 14.886.71 euros referem-se a Impostos (1.594.67 euros) , sessões de Formação (3.627,12 euros) , Indemnizações (4.670.94 euros) e diversas rubricas.

12— DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

12.1 Remunerações dos órgãos sociais

Os membros do Conselho de Administração tiveram remunerações no valor total de 44.347,10 euros.

12.2 Identificação dos Órgãos Sociais à data de 31/12/2014

Conselho de Administração

Drº Guilherme Manuel Lopes Pinto
NIF 131156802
Cargo : Presidente

Engª Olga Maria Costa Maia
Nif 156038935
Cargo Vogal

Helena Adelina Simões Nunes Vaz
NIF 179212184
Cargo Vogal

h

Mateo innohabit

Fiscal Único

Horwath Asociados, SROC Lda.
Nif 506 942 155
Cargo : SROC nº 186

MATOSINHOSHABIT-MH, EEM
Rua Alfredo Cunha, 99 - 1º
Matosinhos
4450-023 MATOSINHOS
Nr. Contrib.: 504597221
BALANÇO SNC

em 31 Dezembro de 2014

U.M. EUR

Rubricas	Notas	Datas	
		31/12/2014	31/12/2013
ATIVO			
Ativos fixos tangíveis	7	448 959,96	490 119,75
Ativos intangíveis	6	6 707,16	0,00
Outros ativos financeiros		125,47	0,00
		<u>455 792,59</u>	<u>490 119,75</u>
Ativo Corrente			
Cientes	10.1	701 351,27	603 060,43
Estado e outros entes públicos	11.1	11 097,85	14 625,99
Outras contas a receber	10.1	94 561,98	255 811,79
Diferimentos		14 821,69	13 664,32
Caixa e depósitos bancários	4	125 992,69	193 321,89
		<u>947 825,28</u>	<u>1 080 484,42</u>
Total do Ativo		<u>1 403 617,87</u>	<u>1 570 604,17</u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	10.2	264 362,89	264 362,89
Reservas legais		81 658,22	70 179,25
Outras reservas		46 834,43	46 834,43
Resultados transitados		200 206,03	162 572,53
Resultados líquido do período		31 391,46	57 394,88
Total do capital próprio		<u>624 453,03</u>	<u>601 343,98</u>
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	8	150 491,60	260 355,01
		<u>150 491,60</u>	<u>260 355,01</u>
Passivo corrente			
Fornecedores		220 646,88	321 249,68
Estado e outros entes públicos	11.1	69 315,27	66 026,71
Financiamentos obtidos	8	109 540,97	97 763,23
Outras contas a pagar		229 170,12	223 865,56
		<u>628 673,24</u>	<u>708 905,18</u>
Total do passivo		<u>779 164,84</u>	<u>969 260,19</u>
Total do capital próprio e passivo		<u>1 403 617,87</u>	<u>1 570 604,17</u>

Representantes Legais

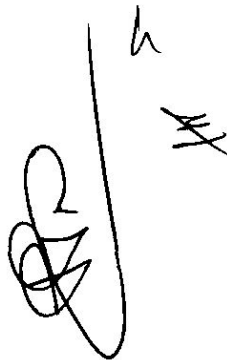
Técnico de Contas

MATOSINHOSHABIT-MH, EEM
 Rua Alfredo Cunha, 99 - 1º
 Matosinhos
 4450-023 MATOSINHOS
 Nr. Contrib.: 504597221

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS SNC	em 31 Dezembro de 2014	PERÍODOS		U.M. EUR
		31/12/2014	31/12/2013	
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS			
Vendas e serviços prestados	11.3	3 601 090,34	3 239 191,22	
Subsídios à exploração	11.4	365 861,56	311 965,35	
Fornecimentos e serviços externos	11.5	-2 480 101,29	-2 008 597,04	
Gastos com o pessoal	11.6	-1 287 694,40	-1 300 916,95	
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	10.1	-86 611,45	-139 527,91	
Outros rendimentos e ganhos	11.7	17 084,89	27 559,98	
Outros gastos e perdas	11.8	-14 886,71	-9 821,72	
Resultado antes de depreciações, financiamento ...		114 742,94	121 852,93	
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-55 558,28	-53 444,59	
Resultado operacional (antes de gastos fin. imp.)		59 184,66	68 408,34	
Juros e gastos similares suportados		-16 983,48	-6 138,86	
Resultados antes de impostos		42 201,18	62 269,48	
Imposto sobre o rendimento do período		-10 809,72	-4 874,60	
Resultado líquido do período		31 391,46	57 394,88	

Técnico de Contas

Representantes Legais



MATOSINHOS HABIT - MH, EEM
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

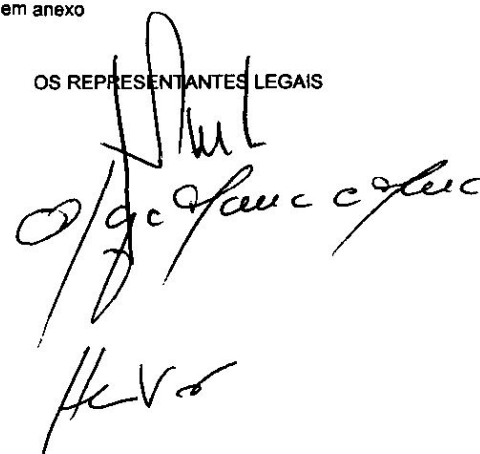
RUBRICA	NOTAS	PERÍODOS	
		2014	2013
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS - método directo			
Recebimentos de clientes		3 516 743,23	2 762 669,98
Pagamentos a fornecedores		(2 568 275,43)	(2 076 800,19)
Pagamentos ao pessoal		(1 283 598,04)	(1 269 278,24)
Caixa gerada pelas operações		(335 130,24)	(583 408,45)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(7 036,05)	11 770,80
Outros recebimentos/pagamentos		411 011,89	704 085,35
Fluxos das actividades operacionais (1)		68 845,60	132 447,70
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		(11 942,15)	
Activos intangíveis		(9 163,50)	
Investimentos financeiros			
Outros activos			
		(21 105,65)	-
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
		-	-
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		(21 105,65)	-
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			385 000,00
Realizações de capital e de outros instrumentos do capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
		-	385 000,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			(385 000,00)
Amortizações cont. locação financeira		(98 085,67)	(77 375,68)
Juros e gastos similares		(16 983,48)	(34 285,50)
Reduções de capital e de outros instrumentos do capital próprio			
Outras operações de financiamento			
		(115 069,15)	(496 661,18)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		(115 069,15)	(111 661,18)
Variação de caixa e seus equivalentes (1) + (2) + (3)		(67 329,20)	20 786,52
Efeito das diferenças de câmbio	4	193 321,89	172 535,37
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	125 992,69	193 321,89
Caixa e seus equivalentes no fim do período			

Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras em anexo

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

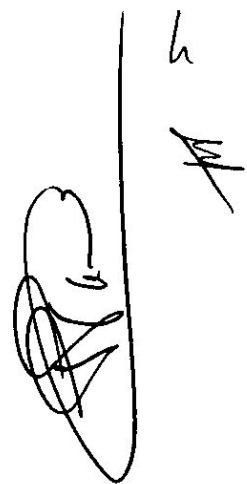



OS REPRESENTANTES LEGAIS



MATOSINHOS HABIT - MH, EEM
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 2014

Capital próprio atribuído aos detentores de capital da empresa-mãe												U.M. EUR
Notas	Capital realizado	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de cap. próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajust. em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no cap. próprio	Resultado líquido do período	Total
1	264 362,89	-	-	-	70 179,25	46 834,43	162 572,53	-	-	-	57 394,88	601 343,98
Alterações no período												
Aplicação do resultado líquido de 2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Primeira adopção de referencial contabilístico	-	-	-	-	11 478,97	-	45 915,91	-	-	-	-	57 394,88
Alterações de políticas contabilísticas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dif. de conversão de demonstrações financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização de excedentes de revalorização de act. fixos tangíveis e intangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedentes de revalorização de act. fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	-	-	-	-	(8 282,41)	-	-	-	-	(8 282,41)
Total de alterações no período	-	-	-	-	11 478,97	-	37 633,50	-	-	-	-	49 112,47
Resultado líquido do período	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	31 391,46	31 391,46
Resultado integral	4+2+3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	31 391,46	80 503,93
Operações com detentores de capital no período												
Realização de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização de prémios de emissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total operações com detentores de capital	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição em 31.12.2014	6+1+2+3+5	264 362,89	-	-	-	81 658,22	46 834,43	200 206,03	-	-	31 391,46	624 453,03



9.

RELATÓRIO E PARECER SOBRE AS CONTAS DO EXERCÍCIO

Ao Município de Matosinhos

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da MatosinhosHabit – Entidade Empresarial Municipal (Empresa), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade da Empresa, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço em 31 de dezembro de 2014, a demonstração dos resultados, a demonstração das alterações do capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa do período findo naquela data e o correspondente Anexo. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas que não contem reservas nem ênfases.

Face ao exposto, somos de opinião que as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como as propostas nele expressas, estão de acordo com as disposições contabilísticas e legais aplicáveis e refletem a atividade desenvolvida e a situação económica e financeira da MatosinhosHabit – Entidade Empresarial Municipal, pelo que poderão ser aprovados.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Empresa o nosso apreço pela colaboração prestada.

Porto, 5 de março de 2015


HORWATH & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por Carla Manuela Serra Galdes (ROC n.º1127)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras da MatosinhosHabit – Entidade Empresarial Municipal (Empresa), as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2014 (que evidencia um total de 1.403.618 Euros e um total de capital próprio de 624.453 Euros, incluindo um resultado líquido de 31.391 Euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa do período findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

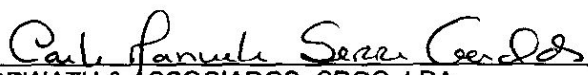
Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da MatosinhosHabit – Entidade Empresarial Municipal em 31 de dezembro de 2014, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no período findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do período.

Porto, 5 de março de 2015



HORWATH & ASSOCIADOS, SROC, LDA
Representada por Carla Manuela Serra Geraldes (ROC 1127)